



JORNAL DO SINTUSP

Gestão
Sempre na Luta
Piqueteiros e Lutadores

Órgão informativo do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade de São Paulo

Encontro de Funcionários da USP

Agosto de 2007

O levante da UNIVERSIDADE

A greve e a ocupação da Reitoria da USP, direcionam a luta em defesa e educação pública no Brasil



Ulisses de Paula

A universidade vai às ruas

Não há dúvida que a luta contra intervenção do Governo Serra e em defesa da reivindicação dos trabalhadores e estudantes entrou na história dos movimentos sociais do país.

A radicalidade e a força da nossa mobilização em defesa da educação pública e contra os projetos de sucateamento e privatização dos governos federal e estaduais no país.



Jorge Maruta

Ocupação e barricada na Reitoria

ESTE JORNAL É UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O ENCONTRO DOS
FUNCIONÁRIOS DA USP, DIAS 9 E 10/8, QUE DISCUTIRÁ O BALANÇO
DA GREVE E A CONTINUAÇÃO DA LUTA

A LUTA DOS FUNCIONÁRIOS

RETROSPECTIVA HISTÓRICA DOS CONGRESSOS DA USP

Uma história de defesa da Universidade, por funcionários, estudantes e professores

A classe trabalhadora da USP combativa e politizada, resgata a sua história de luta. Ao pesquisarmos os documentos referentes aos Congressos da USP, pouco encontramos, mas o necessário para o resgate da história, a fim de traçarmos novas perspectivas de lutas conjuntas: funcionários, estudantes e professores, que desde a época da Ditadura Militar vem defendendo uma Universidade autônoma, crítica e democrática.

I CONGRESSO DA USP

O I Congresso da USP foi realizado em 1980, em várias unidades da universidade com um Ato Público no Palácio dos Bandeirantes, pois ainda o governo “mandava” na universidade.

Convocado pelas entidades: ADUSP, DCE e ASUSP, após a primeira grande Greve do Funcionalismo Público Paulista.

A abertura contou com a presença de Lula (sim, o Lula, que hoje ataca a classe trabalhadora), Dom Paulo Evaristo Arns, Reitor da época, Ordem dos Advogados do Brasil, ABI e outros.

O Temário foi: “O Poder na Universidade, Condições de Ensino e Trabalho, Reajuste Semestral e Luta do Funcionalismo, Mercado de Trabalho, Crise de Verbas na USP, Universidade para uma Sociedade Democrática, Universidade e Cultura e Ensino Público e Gratuito”.

Participaram debatedores “notáveis”, como: Darci Ribeiro, Paulo Freire, Florestan Fernandes, Antonio Bozzi e outros “menos notáveis”, como Julio Mesquita, Franco Montoro, Ministro Portella, A. Pastore e outros intelectuais da universidade.

A Comunidade Uspiana não deixando de olhar para a sociedade, que vivia o “processo de abertura” e em luta contra a falta de Liberdade de Expressão e Organização, interrompida pela Ditadura Militar, iniciou o debate sobre demo-



Plenária do 4º Congresso dos Funcionários da USP, março de 2006

cratização na USP, discutindo: Órgãos Colegiados, Regimento Interno e Liberdade de Organização. A gratuidade do ensino, o currículo e pesquisa, o regime de trabalho, Mais Verbas para a Universidade e o Hospital Universitário.

Não faltou a discussão do Funcionalismo Público pelo Reajuste Salarial Semestral.

Este Congresso foi encerrado com atividades culturais, como filmes, teatro e futebol.

HOJE a insatisfatória presença da universidade no cenário cultural e político do país, apesar de todo o seu potencial, é terrível. QUEM VIVENCIAU os cinquenta dias de ocupação da reitoria, viu que não existem atividades culturais, com perspectivas de politização que transforme esta universidade em uma universidade crítica e não em uma universidade empresarial.

II CONGRESSO DA USP

O II Congresso foi realizado em Outubro de 1984.

Neste ano, Florestan Fernandes, num artigo escrito por ocasião dos 50 anos da universidade, foi contundente:

“Os velhos ideais de reforma universitária foram enterrados pela história e o que sobrou deles, na prática “autoritária” vigente, merece também a lata de lixo. Começar de novo, superar os enganos (e os acertos ocasionais) da experiência acumulada, eis o busílis. A nossa universidade concentrou-se econômica, social e racialmente de tal maneira, que ela não vale uma missa” (1984, p.19).

O ideário defendido neste Congresso era as Comissões Paritárias, visando a democratização da Estrutura de Poder, que foi enterrada na reforma uni-

versitária proposta pelo governo militar, “segundo um figurino bicéfalo plasmado pela usaidização (um composto híbrido, MEC-USAID)”.

A discussão da Carreira Técnico Funcional/Docentes entra em cena, junto com o Estatuto dos Servidores da USP e o Estatuto da USP, elaborado em 1970 e aprovado no Conselho Universitário (CO), uma semana após a cassação dos direitos políticos do reitor Hélio Lourenço e dezenas de professores da universidade, denunciados pelos conservadores, escoria até hoje desta universidade. A Assistência Estudantil: moradia e bolsas de alimentação, também foi discutida. Inicia-se a discussão sobre um projeto para o CEPEUSP que é o “Projeto USP aberta”, visando “a utilização dos recursos humanos e matérias da universidade.

A ecologia também era preocupação da comunidade uspiana.

A LUTA DOS FUNCIONÁRIOS

Continuação da página 2

III CONGRESSO DA USP

Organizado pelas três entidades: ADUSP, ASUSP e DCE, ocorre entre 21 e 24 de outubro de 1987. Foi deliberado uma proposta estatutária para a USP e suas deliberações submetidas a um Plebiscito. Mais tarde, em 1988, o reitor, Prof. Goldemberg, propando no CO a reforma do Estatuto, foram encaminhadas à reitoria emendas providas do resultado do plebiscito, sendo que nenhuma delas, foram aprovadas pelo CO. Numa destas votações, o CO é ocupado pelos estudantes.

Os princípios gerais deste Congresso foram:

“Concebemos a Universidade Pública como uma das instâncias onde deve se dar, de forma integrada, a capacitação ao trabalho e à reflexão crítica sobre a sociedade na qual está inserida, assim como a produção do conhecimento, o desenvolvimento e a democratização do saber crítico em todas as áreas da atividade humana. São funções básicas da Universidade o ensino, a pesquisa e a extensão à comunidade, desenvolvidas de forma harmônica e interdisciplinar. Deverá estar atenta aos anseios e necessidades da maioria da população, contribuindo para a correção da imensa injustiça social que caracteriza a sociedade brasileira. Deverá orientar-se por um plano periódico de prioridades em que serão contemplados os problemas nacionais de relevância” (Jornal da Reestruturação, p.2).

Será com garra, luta e muita persistência que rumaremos ao Congresso Estatuinte da USP a ser realizado em 2008, unificados com estudantes e professores, em busca da Estatuinte, que democratize a Estrutura de Poder da universidade...

Foi discutido o RDIDP e aprovado como o regime de trabalho preferencial na universidade, assunto crucial na academia, até os dias atuais.

IV CONGRESSO DA USP

Em Abril de 2001, após a vitoriosa Greve de 2000, o IV Congresso da USP é convocado pelas entidades: ADUSP, SINTUSP, DCE e APG.

Foi o maior Congresso da história da USP.

Apesar das diferenças que pesavam entre as três categorias, foi um debate onde foi entendido, a necessidade de construirmos uma universidade realmente democrática, pública, gratuita, de excelente qualidade, à serviço da maioria da população.

Sabíamos que construir

esta universidade, era necessário percebê-la no contexto político-econômico internacional, levando em considerações a política privatista do Banco Mundial e FMI, para as universidades, cujos governos as implementam sem nenhum escrúpulo, sendo inevitável aprovarmos: Fora FHC e o FMI, contra o ALCA e o Plano Colômbia, combatendo o neoliberalismo, que aponta para a privatização da educação e da saúde, como mercadorias.

Aprovado a construção do Congresso Nacional da Educação (CONED), apontando para a **Greve Geral da Educação**, com eixo no combate a privatização do ensino e a garantia de um sistema de educação

pública de boa qualidade. Apontado o não pagamento da dívida interna e externa, Reforma Agrária e o combate contra a miséria, o desemprego e a fome.

A necessidade da Unificação de Professores, Funcionários e Estudantes foi a deliberação mais importante, para as Campanhas Salariais no Fórum das Seis nos anos seguintes, para enfrentar a exploração e um modelo de universidade mercantilista que tentam desde sempre nos impor.

Questões fundamentais para a universidade foram aprovadas:

- ✓ Fim do Vestibular
- ✓ Política de permanência estudantil, como: moradia, bolsa de estudos, transporte, creches, etc...
- ✓ Uma Carreira Única para os trabalhadores em Educação, docentes e técnicos, sem contratos precários, demissões injustas e alienação do trabalho.
- ✓ Fim da terceirização.
- ✓ Construir um sistema de recursos humanos que no seu bojo valoriza o trabalho em equipe, com avaliação coletiva e objetivando analisar metas cum-

pridas e trabalho realizado.

✓ Eleição direta para reitor, com voto paritário. A paridade foi o mote de todas as propostas de votação para eleger todos os cargos e compor todos os colegiados da universidade. Indicação de que qualquer membro da comunidade pode ser candidato a reitor.

✓ Campanha por uma Estatuinte.

RUMO AO CONGRESSO ESTATUINTE

Será com garra, luta e muita persistência que rumaremos ao Congresso Estatuinte da USP a ser realizado em 2008, unificados com estudantes e professores, em busca da Estatuinte, que democratize a Estrutura de Poder da universidade, fazendo com que ela seja crítica, livre e comprometida com a população que a sustenta.

O Encontro dos Funcionários da USP a ser realizado nos dias 9 e 10 de agosto de 2007, será um momento muito importante, para elaborarmos um plano de luta, para o próximo período e preparar o Congresso Estatuinte.



Mesa do 3º Congresso dos Funcionários da USP, abril de 2004

9 E 10 DE AGOSTO DE 2007

ENCONTRO DOS FUNCIONÁRIOS DA USP

Além do balanço da greve o nosso Encontro deverá planejar a luta para o 2º semestre



Francisco Emolo

Todo rumo do movimento é definido coletivamente

Será no Encontro dos Funcionários da USP, que realizar-se-á nos dias 9 e 10 de agosto de 2007, que faremos uma Avaliação da Campanha Salarial de 2007, onde os funcionários e estudantes deram uma demonstração de politização e coragem, com ações radicais, que colocaram em xeque, o Projeto de Universidade mercantilista e elitista, voltada para o Capital, do Governo Serra e os burocratas da academia que estão a serviço deles próprios, como os “grupelhos” de vários professores reacionários, que manobrou a todo momento a reitoria, inclusive se manifestando publicamente a favor da entrada da Tropa de Choque, para reprimir, estudantes e funcionários que ocupavam a reitoria.

É importante frisar, que este Encontro deverá ter o mesmo nível de politização que os funcionários tiveram durante a GREVE, onde priorizaram a luta pela Autonomia Universitária, não deixando de lado a questão salarial e a política de per-

manência estudantil, conquista importante para os estudantes. Ligado a isto, traçar um Plano de Luta, para o próximo período e iniciar a preparação do CONGRESSO ESTATUINTE DA USP, em 2008 é essencial para a luta.

Também a GREVE de 2007, não foi tudo “rosas”, pois ao mesmo tempo em que conseguíamos nos unificar com os estudantes nas ações radicais, nos grandes ATOS e MARCHAS, tivemos dificuldades em consolidar um Comando Unificado da GREVE e da OCUPAÇÃO, o que necessita de uma reflexão maior, para que possamos avaliar e desta avaliação tirar lições com os acertos e abolirmos os erros, em lutas futuras.

Para este Encontro dos Funcionários convidamos e estamos reafirmando o convite a todos os funcionários, estudantes, professores, partidos políticos, correntes políticas que participaram da Ocupação e da GREVE e todas as entidades do Fórum das Seis.

CONFIRA A PROGRAMAÇÃO

DIA 09/08/07

7h30 – Café

8h Credenciamento e entrega de materiais

8h30 – AVALIAÇÃO DA GREVE NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS PAULISTAS E OCUPAÇÃO DA REITORIA

Debatedores: CONLUTE

ENTIDADES DO FÓRUM DAS SEIS

11h30 – JORNADA CONTRA A CRIMINALIZAÇÃO DO MOVIMENTO DOS FUNCIONÁRIOS E ESTUDANTES ATÉ A REITORIA

12h30 – Almoço

13h30 – AVALIAÇÃO DA GREVE E OCUPAÇÃO CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Debatedores: Profª Deulze dos Santos Laureano - Profa. de Direito Constitucional e Agrário da PUC/BH e advogada da RENAP (Rede Nacional de Advogados Populares)

Dirceu Travesso - CONLUTAS

Prof. Luiz Renato Martins - Escola de Comunicação e Artes da USP

16h – PLANO DE LUTA

7h30 – Café

8h30 – ESTATUINTE E DEMOCRATIZAÇÃO DA USP

Debatedores: SINTUSP

Prof. Francisco Miraglia - Instituto de Matemática e Estatística da USP

CONLUTE

12h – Almoço

13h30 – PLENÁRIA PARA FECHAMENTO DAS PROPOSTAS E PLANO DE LUTA

16h30 – FECHAMENTO COM ATIVIDADE CULTURAL

BALANÇO DA GREVE – DIRETORIA DO SINTUSP

Esta foi a melhor Greve que já fizemos Derrotamos o Governo Serra

Foi a nossa melhor luta. Enfrentamos não apenas uma reitora subserviente e inábil e um CRUESP intransigente, mas um governo prepotente, com fama de inflexível e o fizemos, como disse um companheiro: “Ajoelhar” e publicar um novo decreto, livrando as Universidades de sua ingerência financeira, do controle sobre o pessoal (contratações e demissões, bem como, a sua intenção de sucatear e privatizar, além da ingerência no ensino e na pesquisa).

Faltou derrubar o item do decreto que desvincula a “universidade” do Centro Paula Souza, do ensino técnico e as FATECs.

A Ocupação da Reitoria da USP foi o centro propulsor desta grande luta, fazendo expandir greves e ocupações não só na USP, mas também na UNESP e na UNICAMP, assim como, em todo país. Nossa luta derubou um decreto semelhante ao do Serra, no Paraná, fazendo com que o governador Requião, em entrevista coletiva à imprensa, anunciasse que estava retirando o Decreto, “PARA EVITAR UMA USP NO PARANÁ”.

A OCUPAÇÃO, A FORÇA E A RADICALIDADE DA GREVE NA USP, as nossa resistência às ameaças de tropa de choque e de punições após Greve, além dos ataques dos setores mais retrógrados da USP e da imprensa burguesa, assim como, do governo, acabaram sendo um exemplo e fzeram ressurgir o movimento estudantil em todo país, por fora da UNE governista e impulsionou o Encontro Nacional, com mais de 800 estudantes de vários Estados, na reitoria ocupada.

O Encontro decidiu reorganizar o movimento estudantil nacional e lutar contra a Reforma Universitária do Governo Lula, por democracia nas universidades e mais verbas para a educação, em todo país.

Nunca uma Greve das Universidades repercutiu tanto, durante mais de cinquenta dias, colocando para a população a questão da educação pública, desmascarando o governo federal e estadual, colocando em xeque a estrutura de poder da Universidade.

A QUESTÃO SALARIAL

Na primeira reunião do CRUESP, dia 13 de maio, com o Fórum das Seis, nenhum reajuste foi apresentado.

Na segunda reunião, dia 24 de maio, com 9 dias de Greve e 22 de Ocupação, o CRUESP concedeu 3,37% (Inflação FIPE dos últimos doze meses), mas manteve a posição de que reajuste fixo era impossível. Na terceira reunião, 1º de junho, após 17 dias de Greve e 30



Neste dia “José” Serra editou o Decreto Declaratório

de Ocupação, admitiram um valor fixo, a ser determinado em outubro, mas sem nenhum parâmetro. Na quarta reunião, dia 6 de junho, com 22 dias de Greve e 35 de Ocupação, o CRUESP estabeleceu um parâmetro baseado na arrecadação do ICMS, para determinar o valor fixo, a ser definido em reunião, em outubro.

Se o avanço não foi maior na negociação com o CRUESP é porque faltou o peso de uma Greve forte de professores.

A força do movimento fez com que os estudantes da USP, UNESP e UNICAMP participassem integralmente das negociações entre o CRUESP e o Fórum das Seis, o que antes era impedido pelo CRUESP.

O PAPEL DOS FUNCIONÁRIOS DA USP E DO SINDICATO NESTA LUTA

Desde fevereiro deste ano a diretoria do SINTUSP, membros do CDB (Conselho Diretor de Base) e outros militantes estudaram e discutiram as consequências dos decretos do Governo Serra, concluindo se tratar do maior ataque à autonomia da Universidade, desde a Ditadura Militar.

Com os decretos a intervenção se dava na gestão financeira, com controle sobre todas as destinações e movimentações da USP, UNESP e UNICAMP, na gestão administrativa: contratações, demissões e terceirizações, além de subordinar o ensino e a pesquisa aos interesses do capital.

Concluímos que nossa Campanha Sala-

rial deste ano deveria estar subordinada a uma luta maior para derrotar os objetivos do Governo, que com seus decretos pretendia sucatear para depois privatizar as universidades.

Priorizamos a luta pela Autonomia, conscientes que esta deve vir com democracia e por isto defendemos a Estatuinte.

Sabíamos que era fundamental nossa aliança com os estudantes e professores, tendo claro que com estes últimos, tem sido muito difícil, pois muitos estão envolvidos com cursos pagos, Fundações e outras picaretagens.

Fomos a campo com todas as nossas forças, conscientizar e discutir com os companheiros funcionários, com os estudantes, nos somamos com o movimento estudantil e professores, participando de inúmeros debates, seminários e reuniões conjuntas e por categoria nas unidades, cursos, ou mesmo debates gerais durante e após a calourada, além de discursos relâmpagos nos restaurantes, explicando os Decretos e chamando as paralisações e a GREVE, o que foi fundamental para a grande mobilização na USP.

A OCUPAÇÃO E O PAPEL DOS ESTUDANTES

No dia 3 de maio cerca de 400 estudantes da USP ocuparam a Reitoria após aguardarem, em vão, a reitora ou um representante seu, para uma audiência pública, confirmada por ela, sobre os Decretos.

Esta ocupação que acabou se manten-

do por 50 dias, tornou a luta das estaduais paulistas e em especial da USP, o centro de atenção da mídia nacional e internacional.

O papel dos estudantes que saíram à frente com esta ocupação, treze dias antes da Greve dos funcionários, 16/05, quando também decidimos ocupar, foi decisivo para a nossa vitória.

O movimento estudantil renasceu com vigor impressionante após anos de “adormecimento”, realizou assembleias históricas na USP, UNESP e UNICAMP, sendo que na USP, algumas com mais de 2.000 participantes, além de passeatas memoráveis junto com os funcionários, tais como a que foi barrada rumo ao Palácio e a que saiu do vão livre do MASP até a Secretária de Ensino Superior.

Vários problemas foram vividos pelos estudantes, fruto do elevado grau de espontaneidade do movimento e erros de avaliação de determinadas correntes, assim como, a incapacidade de constituição de uma direção representativa, do conjunto, além da discussão permanente sobre a manutenção ou não da ocupação. Nada disto, entretanto, foi capaz de enfraquecer significativamente a nossa luta. Os estudantes na última Assembleia, antes da desocupação, aceitaram um acordo apresentado pela reitoria, condicionando sua saída à decisão dos funcionários em Assembleia no dia seguinte, numa demonstração madura de solidariedade e companheirismo com os trabalhadores.

O PAPEL DOS PROFESSORES

Foram os últimos a entrar na greve e os primeiros a sair, na USP e depois na UNICAMP. Este foi o saldo ruim do nosso movimento, apesar de que a força da luta conjunta de estudantes e funcionários foi suficiente para impor uma importante derrota ao Governo, assim como, conquistar itens importantes, principalmente da Pauta Estudantil, enquanto que no caso dos funcionários, a Pauta Específica, ainda está sendo discutida após a Greve.

Saímos todos muito fortalecidos e com todas as condições de construir um grande Congresso Estatuinte, poderoso em 2008, capaz de enterrar de vez, este modelo podre e arcaico de universidade anti democrática, racista e elitista, impondo um novo modelo de universidade democrática e a serviço dos trabalhadores e da maioria da população.

Diretoria do SINTUSP

BALANÇO DA GREVE II

Universidade a serviço dos trabalhadores e do povo pobre

Um balanço inicial e as primeiras lições

Por um Encontro Democrático e Combativo

Companheiros, acabamos de organizar uma das greves mais fortes dos últimos anos, nos enfrentamos politicamente com o governo sofrendo ameaças de repressão policial e de perseguição política. Por isso, neste Encontro têm que ser expressas as opiniões de cada trabalhador que militou nesta luta e que fortaleceu nosso sindicato contra a Reitoria e o Governo. Durante o conflito foram defendidas distintas posições políticas pelas organizações, trabalhadores e estudantes, e assim é perfeitamente natural que existam distintas posições sobre o balanço da greve. Por isso, ao contrário de chamar para a mesa a Adusp como se fossem piqueteiros, defendemos que em todas as reuniões de unidade os trabalhadores debatam amplamente suas posições e elejam representantes que apresentem no encontro as posições de maioria e minoria, para que se expressem todas as posições dos que lutaram. **Não esquecemos que no processo de luta é que se mostrou quem eram nossos aliados e quais eram os discursos de dia de festa que na luta viva não valem nada, além dos que diretamente nos abandonaram.**

Uma greve política, que rompeu a normalidade. Ao voltarmos para o trabalho no dia 25 de junho, não voltamos de cabeça baixa. Apesar do acordo de fim de greve não marcar no papel a força que tivemos nesta greve, voltamos ao trabalho sabendo que havíamos travado uma luta importante. **O governador, um candidato da burguesia para 2010, saiu desgastado na classe média e nos trabalhadores, o que limita as suas margens de manobra para empreender maiores ataques agora. A mobilização rompeu toda a “normalidade” acadêmica e pôs em discussão a estrutura de poder da universidade, o que pode abrir processos posteriores mais profundos de mobilização que questionem o caráter dessa universidade elitista e racista.** Podemos dizer que para o movimento estudantil universitário nacional, que se resumia a pequenos espasmos depois de anos de paralisia, esta greve e as lutas deste semestre podem ser a base de novos processos de mobilização. É verdade que os trabalhadores da USP não tivemos maiores conquistas em nos-



Rumo ao Palácio, na avenida Francisco Morato

sa pauta específica, porém esses elementos colocados acima só foram possíveis de serem conquistados graças à nossa combatividade e politização, que seguirão sendo chave nas próximas lutas.

Fizemos o governo recuar, mas não foi possível derrotar Serra

Ainda que não tenhamos conseguido derrotar completamente o governo, o fizemos recuar. O recuo do governo com o decreto declaratório foi um triunfo parcial da greve das três categorias em luta. **Como era possível avançar? Como os decretos do Serra também traziam medidas contra os salários e os interesses dos funcionários públicos de diversos órgãos estaduais, estavam criadas as condições para unificar a luta universitária com as principais categorias do funcionalismo paulista.** Com os professores da Apeoesp, os servidores da Saúde, do Metrô, da Sabesp, todo o funcionalismo que é atacado pelo governo, teríamos muito mais força para aproveitar o recuo do governo e impor uma derrota completa.

Porém, as direções sindicais se colocaram contra essa unificação. A CUT/PT, que dirige a Apeoesp (sindicato dos professores estaduais), desmarcou quatro vezes a greve em troca de uma negociação com Serra e o ministro da Previdência (Luiz Marinho) para retirar os professores do projeto de lei de reforma da previdência estadual (SPPrev). Os demais sindicatos dirigidos por essa central também boicotaram qualquer unidade na luta. O PCdoB, que dirige os metroviários

paulistas, fez uma greve de algumas horas quando já havia feito acordo com o governo Serra.

Nas universidades, o **Fórum das Seis** falava em “unidade” mas na prática nada fazia para que a força da greve universitária impusesse uma frente única com os funcionários públicos. A direção do Fórum das Seis estava nas mãos da Adusp, que na greve da USP também impedia a unidade com os estudantes e funcionários, e com a Unesp e Unicamp. Se nega, por exemplo, a aceitar e implementar a proposta dos funcionários da USP - aprovada em assembleias de greve - de que o Fórum funcione por plenárias de delegados de base das 3 universidades e de todos os campi. Esta entidade apenas servia para marcar reuniões de negociação com o Cruesp, deixando a greve e a ocupação sem uma orientação combativa e unitária. Além disso, no momento mais crítico da greve simplesmente voltou ao trabalho, como se a reitoria não continuasse cupada e a luta contra o governo já tivesse sido vitoriosa.

A **Conlutas**, da qual nós, trabalhadores da USP somos filiados, também deixou a desejar. Seus dirigentes vinham para fazer discursos, mas seus sindicatos não foram mobilizados para garantir um Comitê de Solidariedade nacional à ocupação e à greve nem para coordenar a luta universitária com o funcionalismo público nos sindicatos que dirige ou tem oposições. A **Intersindical**, ligada ao PSOL, sequer foi notada pelos funcionários e estudantes.

Lamentavelmente, **longe do que a direção do Sintusp afirma em seu balanço “vitorioso”,** sem a unificação entre os três setores da universidade, e destes com o funcionalismo estadual, **apesar da força da greve e da ocupação, o resultado foi que não derrotamos o governo Serra, e os ganhos políticos foram parciais.** A Secretaria ainda existe e, ao não derrotarmos os decretos, o governo Serra conseguiu a desvinculação das Fatecs, que agora ficam numa secretaria e as universidades em outra. A reitora Sueli, que chegou a declarar na mídia que não sabia se ia continuar no cargo, segue em seu posto negando as reivindicações e ameaçando com punições.

Para nos unirmos com o resto do funcionalismo era necessário um comando de greve unificado

Para concretizar uma greve unificada com todo o funcionalismo, quem poderia unificar e representar os estudantes, professores (minoridade) e trabalhadores que lutavam em uma Assembleia da Apeoesp, por exemplo, propondo que os professores entrassem em greve junto com a gente para derrotarmos os projetos do governo para o serviço público? E como faríamos para discutir com os estudantes que era necessário unificarmos a luta das universidades com a luta dos demais trabalhadores? E depois que a Adusp saiu da greve, qual seria a melhor maneira que fortalecer a greve? A greve estava numa encruzilhada. Era necessário discutir democraticamente os passos a seguir, entre todos os grevistas.

Por isso, nós da LER-QI, junto com os estudantes do Movimento A Plenos Pulmões (APP) propusemos nas Assembleias dos funcionários e estudantes a organização de um Comando de Greve Unificado, com representantes eleitos em cada faculdade, em cada lugar de trabalho. Infelizmente, apenas o comando de greve dos funcionários buscou funcionar dessa maneira, mesmo com debilidades, enquanto que nas Assembleias dos estudantes, sempre que propusemos isso as correntes de esquerda (PSTU, PSOL, PCO) e os governistas do DCE (PcdoB-PT-PMDB) se alinhavam contra.

Pablo e Marcello, trabalhadores da Edusp, militantes da LER-QI e do MTC (Movimento Trabalhadores Classistas)

BALANÇO DA GREVE III

A força dos funcionários, da Oposição Sindical, na Greve e na Defesa da Autonomia das Universidades Estaduais paulistas

O Governo Serra começou o ano de 2007 promovendo um dos maiores ataques, às Universidades Estaduais Paulistas USP, UNESP, UNICAMP e ao Centro Técnico Paula Souza, publicando um conjunto de decretos que acabavam com a Autonomia Universitária. Vedavam as contratações de professores e funcionários, fragmentava ainda a área educacional, desconhecendo a pesquisa básica privilegiando a “operacional”, ignorando o tripé que caracteriza as universidades – Ensino/Pesquisa/Extensão, sequer previa o financiamento das Universidades e nem sua articulação com a Educação básica. Os decretos não foram discutidos com nenhum setor do funcionalismo, foram apresentados de forma impositiva e autoritária. Os funcionários da USP, já vem sofrendo com a crescente terceirização e com os contratos de trabalho por tempo determinado. Com a falta de reposição das vagas, que gera os desvios de função, a sobrecarga de trabalho, o assédio moral, a competição doentia no local de trabalho, afastamentos por motivos de doença, o aumento da carga horária e o não pagamento de horas extras. Também a conseqüente piora no atendimento no Hospital Universitário, H.U. Os decretos ameaçavam os benefícios como auxílio creche e Vale Alimentação, que são itens que além de complementar os salários motivam os funcionários no trabalho, portanto precisam ser mantidos.

No decorrer da Greve o Governador recua!

A ocupação da reitoria pelos estudantes teve início no dia 03/05, que além de um protesto pelo descaso da reitoria por não estar presente no dia da audiência para recebê-los para tratar da pauta do movimento estudantil, foi também um aviso à comunidade, da falta de democracia e do desgaste do sistema de poder dessa Universidade. Os funcionários decretaram a greve a partir do dia 16/05/07. Os professores da USP entraram em greve somente no dia 23/05/07. Após uma série de manifestações, atos conjuntos no MASP e passeatas, no dia 30/05/07, data marcada para realização de passeata com Ato no Palácio dos Bandeirantes, o Governador Serra, recua e assina o **decreto declaratório nº 1**, alterando parte dos decretos publicados no início do ano e praticamente garantindo a Autonomia das Universidades. Este recuo do Governador, nos permite



Passeata ao Palácio

avaliar que foi uma vitória do movimento e da greve, claro que buscávamos o fim da Secretaria de Ensino Superior, que depois do decreto declaratório não tem mais nada de nível superior.

OPOSIÇÃO SINDICAL ATUOU NA CONSTRUÇÃO DO MOVIMENTO.

Denunciar e combater os ataques do Governo Serra, as Universidades, para a comunidade universitária e a população, foi a principal tarefa nossa e do movimento, pela derrubada dos decretos. Foi o grande desafio que desencadeou a greve. Foram muitas reuniões para explicar os cinco decretos. E foi neste item que nós da Oposição Sindical de Esquerda dos Trabalhadores da USP, atuamos antes e durante a greve de 2007. Participamos de muitas reuniões denunciando o descaso do governo Serra com a publicação dos decretos e seus efeitos nefastos às Estaduais Paulistas. Defendemos a greve como instrumento de defesa da universidade pública e da autonomia universitária. Fomos convidados para fazer parte de várias mesas de debates durante a greve. Mesmo não fazendo parte da Direção do Sindicato, com pouca estrutura e com nossos próprios recursos financeiros, realizamos reuniões em várias unidades, extra campus e campi do interior, inclusive em unidades que solicitaram nossa ajuda, onde a direção do SINTUSP não conseguiu organizar os funcionários a entrarem em greve, nós

conseguimos. Acompanhamos as reuniões do Fórum das Seis Entidades. Fomos eleitos em nossas unidades para o comando de greve. Neste sentido o balanço da oposição sindical na atuação da greve é positivo, pois participamos e construímos o movimento para sairmos vencedores.

OS CONFLITOS E AS REIVINDICAÇÕES. AS PERSPECTIVAS?

O Movimento na USP começou a partir da ocupação dos Estudantes e depois com os Funcionários e Professores em greve. Parte do movimento defendia que a ocupação deveria seguir separada da greve. Defendíamos que a ocupação deveria se incorporar a greve e se alastrar pelas universidades e pelo funcionalismo unificado num grande movimento contra o Governo Serra. O movimento começa nos setores mais organizados, de forma consciente, mas a disputa política e a vaidade pessoal de alguns grupos, secundarizou as reivindicações, pondo em risco o movimento. Alguns diretores do SINTUSP e a LER calculando que ganhariam novos militantes, tentam assumir o comando do movimento estudantil mas não conseguem. Com o isolamento, passam a atacar os partidos PSOL e PSTU, onde surge um rancor por parte dos estudantes independentes contra os partidos políticos, o que perdurou até o final da greve. A LER também acabou isolada pela maioria dos estudantes e quando o movimento começa apresentar desgaste, PSOL, PSTU e também a LER, se unem,

onde conseguiu-se evitar, que o movimento entrasse em colapso e terminasse num grande fracasso. A direção do SINTUSP por sua vez, priorizava a ocupação, deixando de investir no crescimento e ampliação da greve e até mesmo na sua manutenção. No decorrer da greve, nas assembleias em frente à reitoria, o quadro das unidades no movimento era confuso e as informações bastante desencontradas demonstrando que a direção do sindicato perdeu o controle da organização. No dia 22/06, após a assinatura dos acordos de fim de greve com a reitoria, termina a Greve e a ocupação da reitoria. A assembleia dos funcionários que votou a suspensão da Greve foi tensa e a votação pelos funcionários foi bastante polêmica e dividida. Fica o reconhecimento pelo valor e determinação dos funcionários, estudantes, professores e todos aqueles que assumiram a defesa da autonomia universitária e da educação pública. Fica também a dúvida no retorno ao dia-a-dia, quanto as nossas reivindicações salariais, as negociações pendentes com reitoria da USP e com o CRUESP. Fica a certeza que a tarefa que temos pela frente é grande e difícil, que somente com a participação dos funcionários conseguiremos garantir nossos empregos, os benefícios, salários e carreira dignos. Somente com a intervenção e a união da nossa categoria, conseguiremos combater o autoritarismo dos governos estadual e federal, o autoritarismo da reitoria e dos setores atrasados dessa universidade, que tentam impor a força sua vontade através, do cargo ou do poder. Finalizando vale ressaltar que esta e outras lutas, passam pela questão de garantirmos a construção de um sindicato amplo, democrático que defenda os interesses e reivindicações da nossa categoria. Não podemos permitir a continuidade desta política, oportunista e desgastada, instaurada no SINTUSP, voltada apenas para os interesses dos diretores desta entidade. Precisamos de um sindicato verdadeiramente de luta, para que o balanço dos próximos enfrentamentos e greves, seja muito mais positivo, quanto à organização, a unificação e os ganhos políticos para todos.

Marcelo (IB), Vera (ICB), Helder (IB), Luis (EP) – Coordenação da Oposição Sindical de Esquerda dos trabalhadores da USP

MURAL DA GREVE 2007



Os estudantes ocupam a Reitoria, 3/5



Funcionários aprovam a Greve e a Ocupação, 16/5



A Fúria e ...



a flor esperando a tropa de choque que não veio



Na avenida Vital Brazil, rumo ao Palácio do Governo



Negociação: CRUESP X Fórum das Seis

MURAL DA GREVE 2007

Ulisses de Paula



Passeata do MASP à Secretaria de Ensino Superior

Francisco Emolo



Manifestação que fez a tropa recuar

Ulisses de Paula



Arrastão nas Unidades

Cecilia Bastos



Passeata rumo ao Palácio

Francisco Emolo



Choque barra passeata ao Palácio do Governo

Danilo Verpa/Folha Imagem



Uma das Assembléias dos Estudantes da USP

CRIMINALIZAÇÃO

Invasão desperta ira e discrimina movimento

A ação dos estudantes e dos funcionários da USP que ocuparam a reitoria na luta pela revogação dos decretos do Serra, pelo aumento das verbas da educação pública e por reivindicações específicas despertou o ódio do governo, da mídia, da burocracia acadêmica e até mesmo de alguns professores que chegaram a entrar em greve.

O ódio do governo e da mídia contra a ocupação tem motivos conhecidos por todos. Há anos, os sucessivos governos vêm impondo uma política que combina corte de verbas com extensão, obrigando as universidades a buscarem mais recursos financeiros na iniciativa privada e, por essa via, tornarem-se reféns de interesses empresariais.

Ao mesmo tempo, impõe o sucateamento das áreas acadêmicas que não tem capacidade para atrair recursos privados. Os decretos foram editados como instrumentos da intervenção do governo Serra nas universidades, para acelerar e aprofundar esse processo. Por isso, ao tornar-se uma barreira contra esse projeto e catalisar a greve das estaduais paulistas e a luta de outras universidades, a ocupação angariou o ódio brutal e sincero do governo e seus representantes.

Desde a edição do decreto da autonomia, há dezoito anos, a burocracia acadêmica da USP - que em prol dos seus interesses particulares atua como agente dos sucessivos governos - permitiu a deteriorização das instalações da universidade; terceirizou e precarizou mais de quatro mil postos de trabalho, introduzindo uma mão-de-obra superexplorada por empresas que não cumprem obrigações trabalhistas e freqüentemente deixam de pagar até os míseros salários aos trabalhadores; deixou de preencher mais de mil vagas de professores e acumulou um déficit de moradia estudantil de mais de seiscentas vagas só no campus da capital. Todo esse sucateamento é posto em

prática junto com a política de privatização, com convênios privados e apropriação indevida de recursos materiais, financeiros e humanos para o funcionamento de diversas fundações (muitas delas fundadas e organizadas por professores da universidade).

Por isso, a burocracia acadêmica é cúmplice da política do Serra. Seja através da omissão sobre seu caráter intervencionista, defendendo-os abertamente ou criminalizando os estudantes e funcionários que, em luta contra os decretos, ocuparam a reitoria. Se os motivos do ódio do governo, da mídia e da burocracia acadêmica contra a ocupação

são claros, quais os motivos do ódio de uma parcela importante dos professores que entraram em greve contra as mesmas medidas que haviam impulsionado a ocupação? Esses professores acham que a ocupação foi um ato violento e uma agressão à comunidade acadêmica.

Mas a verdade não é essa. De 1982 a 1987 o governo vinha investindo em média 11,6% do ICM para as três uni-

versidades. Já em 1989, quando o Quêrcia edita o decreto que concede a autonomia financeira, o investimento passa para 8,4%. Mais de 1/4 deixou de ser repassado. Hoje as universidades recebem do Estado um orçamento de 9,57% do ICMS, ou seja, 17,5% menos que em 1987. Esse sim é um verdadeiro ato de depredação, responsável pelo sucateamento das universidades, o déficit de moradias e assistência estudantil, a terceirização e precarização dos postos de trabalho, a queda na renda dos trabalhadores, a falta de professores e infraestrutura.

Portanto, os verdadeiros inimigos das universidades têm sido os governos e a burocracia acadêmica, que têm perpetrado uma violência permanente contra a universidade, o povo e o futuro. A ocupação foi uma forma legítima de combater essa violência.

Desde a edição do decreto da autonomia, há dezoito anos, a burocracia acadêmica da USP - que em prol dos seus interesses particulares atua como agente dos sucessivos governos - permitiu a deteriorização das instalações da universidade; terceirizou e precarizou mais de quatro mil postos de trabalho, introduzindo uma mão-de-obra superexplorada por empresas que não cumprem obrigações trabalhistas



Francisco Emolo

PM é obrigada a recuar após tentar impedir que a passeata saia da USP

JORNADA CONTRA A CRIMINALIZAÇÃO DO MOVIMENTO DOS FUNCIONÁRIOS E ESTUDANTES

DIA 9/8/07, ÀS 11H30, ATÉ À REITORIA

Durante o Encontro dos Funcionários será realizada uma Jornada com todos os participantes do Encontro, até a reitoria, para nos manifestarmos contra a Criminalização do Movimento dos Funcionários e Estudantes. Participe !!!

ATAQUE À AUTONOMIA

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo manda demitir trabalhadores...

O governo do PSDB (Alckmin e agora Serra) vem destruindo o serviço público e mais uma vez atacando a autonomia universitária através do TCE

O governo do PSDB (Alckmin e agora Serra) vem destruindo o serviço público e mais uma vez atacando a autonomia universitária, através do TCE.

Tudo começou com o processo 32275/026/01 do TCE x UNESP.

Desde 2004, o Tribunal de Contas do Estado publicou uma “deliberação para esclarecer aos reitores que a autonomia universitária administrativa, prevista na Constituição, não os isentava de lei como os outros setores públicos, e que a partir daquela publicação, novos casos não teriam seus registros feitos”. Arbitrou para a USP, Unesp e Unicamp que “só considerava válidas as admissões feitas antes de 2004 ou, depois disso, só para vagas aprovadas pela Assembleia Legislativa”.

As universidades estão recorrendo da decisão do Tribunal de Contas, que menciona “a negativa do registro provoca a anulação dos contratos, e com isso, as univer-

sidades precisam rescindi-los sob o risco de os responsáveis responderem a processo de improbabilidade administrativa na justiça e ainda, ter que devolver os valores pagos indevidamente”.

São Centenas de processos que estão sendo julgados todos os dias, com o mesmo resultado.

Encontramos no site do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo os seguintes processos: 32967/026/05; 32968/026/05; 32965/026/05; 32731/026/05; 32970/026/05; 31416/026/05; 32967/026/05; 32960/026/05; 32966/026/05; 32969/026/05; 32963/026/05; 32962/026/05; 32730/026/05; 31415/026/05; 31417/026/05; 31418/026/05; 32730/026/05; 32961/026/05; 32964/026/05; 35434/026/05; 16189/026/06; 21171/026/06; 21172/026/06; 21173/026/06; 21174/026/06; 21175/026/06; 28234/026/06; 28235/026/06; 28236/026/06; 29488/026/06; 29489/026/06; 29490/026/06; 30170/026/06; 30171/026/06; 30172/026/

06; 34903/026/06; 34904/026/06; 34905/026/06; 34906/026/06; 36334/026/06; 36335/026/06; 38538/026/06.

UNIDADES AFETADAS

IEE, IGC, CCS, Instituto de Física, Instituto de Matemática e Estatística, Instituto de Química, Instituto de Psicologia CCE, COSEAS, ECA, CEBIMAR, EDUSP, Escola de Enfermagem, Faculdade de Odontologia de Bauru, Prefeitura do Campus de Ribeirão Preto, Prefeitura do Campus de São Carlos, Instituto de Física de São Carlos, Museu de Zoologia, Museu Paulista, Museu de Arte Contemporânea, ICB, IAG, Instituto de Biociências, Instituto de Estudos Brasileiros, ICMC e Prefeitura do Campus de Bauru

O SINTUSP está trabalhando em várias frentes e pelo fato da questão atingir, funcionários e professores, na USP, UNESP e

UNICAMP, está sendo discutida no Fórum das Seis, que deverá discutir com o CRUESP.

Depois de realizarmos uma reunião com a C.J. da USP, entregamos na reunião de negociação entre o sindicato e a reitoria no dia 19/07/07, um documento o qual solicitava o pronunciamento da reitoria, a qual o fez, através de um comunicado do Chefe de Gabinete e o Ofício C.J. Of. 173/07-RUSP.

Realizamos reuniões nos Campi de Ribeirão Preto, Piracicaba, São Carlos e estamos atentos à questão, junto com o Departamento Jurídico do SINTUSP e no FÓRUM DAS SEIS.

NOVA REUNIÃO PARA CONTINUAR A DISCUTIR NO DIA 20 DE AGOSTO DE 2007 ÀS 12H30, NO SINTUSP

Planejamento familiar, aborto e o trabalhador

Renata Piekarski,
trabalhadora da ECA/Conlutas

Pela lei¹ cada pessoa tem direito ao planejamento familiar, “é dever do governo garantir informações, meios, métodos e técnicas para regulação da sua fecundidade”². Na prática, enfrentamos uma situação precária na saúde no Brasil, e tapando o sol com a peneira, o governo lança um programa que coloca nas “Farmácias Populares” anticoncepcionais que são verdadeiras bombas hormonais, e pílulas-do-dia-seguinte, que devem ser adquiridas com receita médica -e com filas quilométricas nos hospitais, quem consegue uma receita em 72 horas?

A Organização Mundial de Saúde constatou que 50% das gestações é indesejada e 1 em 9 mulheres no mundo recorre ao aborto. No país, o governo acredita estar “resolvendo o problema” dos 1,44 milhão de abortos ao ano. O procedimento posterior a um aborto que se realiza em sabe-se lá que condições de insalubridade e riscos chama-se curetagem. Segundo o Ministério da Saúde, em 2004, 243.988 mulheres foram internadas para fazer curetagem. Os outros 1,2 milhão de casos acabam em hemorragias, seqüelas

profundas e muitas vezes, em morte. Isso porque apesar do que diz o papa, abstinência não é uma opção realista, e a legislação não permite que a mulher exerça o direito de decidir sob seu corpo em condições dignas de segurança e higiene, enquanto a mulher rica têm acesso à luxuosas clínicas clandestinas, fontes de lucro para a burguesia. Ao invés de garantir esse acesso gratuito no SUS, a resposta do governo é medicamentos de baixa qualidade ou inacessíveis. E nós mulheres trabalhadoras, pobres, mães solteiras, negras, continuamos morrendo por decidir não levar nossa gravidez até o fim.

É sob a mulher “que recaem todos os afazeres domésticos que são, na maioria dos casos, os mais improdutivos, e mais penosos”³, não bastando 25% das famílias hoje serem de responsabilidade financeira de mulheres⁴. Isso significa que ‘dupla jornada de trabalho’ só aumenta, mesmo com as inovações modernas do capitalismo, que não vêm a serviço do trabalhador. Ainda mais, a renda dessas mulheres é 40% menor que a dos homens na mesma posição. Obrigando a mulher a

ter mais filhos, ainda que não queira e não possa sustenta-los, diminui-se a possibilidade dessa mulher participar dignamente da economia coletiva, e em situação de extrema necessidade, ela aceita os trabalhos mais precários e mal pagos.

Assim o capitalismo, longe de uma democracia de fato, rebaixa o valor sobre tudo da mão-de-obra feminina para então pauperizar toda a classe, que passa a ser contratada por um salário de miséria, já que existe sempre alguém disposto a tomar seu lugar, trabalhado mais, ganhando menos. Chega de dividir a miséria, os restos da mesa dos ricos. Igualdade na lei não basta, enquanto nossos filhos morrem de fome! Chega da mulher ser obrigada a sujeitar seu corpo em favor do capital! Não descansaremos até que

não exista a possibilidade de oprimir e explorar! Enquanto houver latifundiários, donos de fábricas e de nossa força de trabalho, não existirá igualdade e liberdade nem perante a lei, nem para as mulheres, nem para a classe trabalhadora. A luta das mulheres é a luta do conjunto da classe, e a opressão machista garante a exploração do trabalha-

dor, enriquecendo os governos e patrões. Por isso dizia Lênin: nossa classe nunca atingirá a liberdade se não conquistar plena liberdade para a mulher!

*“Nessa batalha somos todos companheiros
Não porque dividimos o mesmo teto e a mesma mesa
Mas porque dividimos a mesma espada sobre a cabeça
Somos todos irmãos não porque seja o mesmo o sangue que no corpo levamos
O que é o mesmo, é o modo como o derramamos”*

(Ferreira Gullar)



¹ Lei Nº 9.263, de 1996, que assegura o direito ao planejamento familiar

² Divulgado em documento federal em: http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=25328

³ V.I. Lênin, em “As tarefas do movimento operário feminino na república soviética”, de 1919. Disponível no livro “Sobre a emancipação da mulher”, Ed. Alfa-Omega.

⁴ IBGE/2000

PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE

Abaixo a terceirização no Hospital Universitário terceirizar o serviço público é privatizar

A USP está sendo campeã em terceirização nos diversos setores. Um dos setores que está sendo terceirizado aos poucos é o Hospital Universitário. Em 2000, a ex-superintendente do HU terceirizou a lavanderia do hospital, usando de uma política inescrupulosa, pois as máquinas estavam todas lá, os trabalhadores também, porém ela simplesmente passou a pagar pela lavagem de roupas e, pasmem, “beneficiando médicos que resolveram ganhar mais dinheiro abrindo uma lavanderia hospitalar, privada”. E, como sempre, quem pagou o pato foram os trabalhadores e a população usuária do Hospital. Pois, os funcionários tiveram seus contratos alterados unilateralmente, enquanto que a população teve de usar as roupas de cama mal lavadas com odor fétido, além das roupas que vinham rasgadas e tinham de ser substituídas pelo próprio HU.”

A POLÍTICA DE DESTRUIÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA NO HU CONTINUA

Mais um setor preparado para ser terceirizado

E agora, como se não bastasse, o Superintendente do Hospital Dr. Lotufo está preparando para contratar outra empresa, dessa vez para fazer limpeza. Que aberração! No HU já existem trabalhadores que cumprem essa função, e não há necessidade de gastar mais ver-



Passeata em defesa da Saúde Pública

bas da instituição para agradecer às empresas privadas.

Segundo a assessoria do hospital os trabalhadores não estão adequados para fazer esse tipo de trabalho e que o número de trabalhadores não é o suficiente.

Quanta hipocrisia! Os trabalhadores do serviço de higienização do HU sempre deram conta do recado e são adequados para fazer limpeza terminal e outros serviços inerentes às suas funções, e agora após mais de 20 anos a superintendência do HU decidiu que os funcionários não são competentes para tais atividades?

Quanto à falta de trabalhadores, esse é um problema que várias unidades da

USP estão enfrentando. Resta à reitora contratar mais funcionários e repor todo o quadro necessário.

Dr. Lotufo tem de se preocupar com a reposição de funcionários e com política de saúde dos trabalhadores do HU, e não presentear mais picaretas que sugam verba pública e ainda escravizam os seus funcionários deixando de pagar seus direitos.

UM CHAMADO AOS TRABALHADORES

É necessário que todos se organizem para barrar o processo de privatização do HU, esse hospital sempre foi vítima dos

sucessivos superintendentes, que continuamente tentam fazer com que os especuladores da saúde privada ganhem uma fatia do filão.

Os funcionários do HU precisam estar atentos e se juntar à organização dos outros trabalhadores da USP. No passado ocorreu a terceirização da vigilância e nada foi feito, depois a limpeza externa e jardins, e nada foi feito, após foi a lavanderia e ninguém se mexeu, e agora está a caminho a terceirização do serviço de limpeza interna. Não se mexer agora é deixar com que matem todas as esperanças de ainda existir serviços públicos com qualidade e direitos, pois já existem empresas especuladoras, privadas, de enfermagem, medicina, além dos vários convênios privados que podem se apoderar dos serviços públicos à custa da população que paga impostos para manter a saúde.

A história mostra que sem luta e união nada se consegue, é importante que os trabalhadores do HU se mobilizem e se organizem em defesa do emprego, por contratação de funcionários, e política de saúde e respeito aos trabalhadores

**ABAIXO A
TERCEIRIZAÇÃO!
FORA
ESPECULADORES
DA SAÚDE PÚBLICA!**

ESPAÇO DO APOSENTADO

Em 27 de julho de 2004 enviamos o ofício de nº. 255 no qual foi solicitado ‘a Reitoria que fosse estendido aos Aposentados o **AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO** baseando nos princípios de isonomia e paridade entre servidores Ativos e Aposentados e também na Constituição Federal em seu artigo 40 parágrafo 8º e na Constituição Estadual em seu artigo 126 parágrafo 4º, que citam “... sendo também estendidos aos aposentados e pensionistas

quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade”.

A Comissão de Aposentados foi recebida pelo reitor, que nos comunicou, que segundo parecer da CJ tal benefício não poderia ser estendido aos aposentados, por se tratar de um auxílio dado somente aos servidores na ativa. Na mesma reunião foi dada uma sugestão, para que a CJ fizesse um novo estudo com a possibilidade de mudar o nome do benefício

de Auxílio Alimentação para, por exemplo: Auxílio Farmácia ou outro nome qualquer possibilitasse tal extensão aos aposentados.

Acontece que até a data atual não recebemos resposta sobre tal negociação, mas esperamos que tal solicitação, não tenha caído no esquecimento da Reitoria. Caso os Aposentados venham a ser atendidos em tal solicitação, que em nossa avaliação é muito JUSTA, a reitoria estaria cumprindo os artigos e parágrafos das

constituições citadas acima. É bom lembrar que os atuais aposentados, na sua grande maioria são os responsáveis pela manutenção da família, por falta de emprego e os salários baixos que são pagos aos trabalhadores. Aachamos que tais motivos expostos são suficientes para que a Reitoria, por intermédio de sua Consultoria Jurídica, **ATENDA** seus aposentados.

FRANÇA – Diretor da Secretaria de Aposentados.

CARTA ABERTA

Autonomia universitária é o princípio supremo da moralidade

A Autonomia é o princípio supremo da moralidade, diz Kant, em sua *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, sem saber, o filósofo, que sua obra seria atirada ao lixo por aqueles que pedantemente fazem política como se o povo fosse uma massa a ser modelada.

Mas, não são apenas motivos idealistas que impulsionam nossa luta pela Autonomia. É fundamentalmente por motivos políticos, legais e econômicos.

As universidades conquistaram sua autonomia financeira através do Decreto 29.589/89. Após uma greve de 57 dias, Quéricia estabeleceu que receberiam mensalmente a quota parte de 8,4% do ICM. Através do decreto, se livrava das negociações salariais e mantinha longe do Palácio as manifestações da comunidade Universitária, mas criava uma condição favorável para o planejamento e o bom funcionamento das universidades.

Em 1995, o percentual passou para 9,57%. Tanto o decreto, quanto o aumento não foram dádivas, mas conquistas da luta, através de greves e mobilizações. Exemplos foram 2005/06: Graças à mobilização e ocupação da ALESP, pela nossa comunidade, conseguimos a aprovação do aumento percentual de 10%, sistematicamente vetados por Alckmin/Lembo, que usou seus últimos dias de governo para um veto e uma desapropriação: vetar o acréscimo de verba para a educação pública ao mesmo tempo em que dava à Faculdade de Direito um edifício de dez andares.

Na prática, uma das formas de sucateamento é a expansão de vagas e cursos sem o acréscimo de verbas. Novos cursos na Unesp, criação da USP Leste, sem verba para sua manutenção. Mas, e a verba adequada?! Se há preocupação com a

responsabilidade fiscal, onde está o interesse numa expansão de vagas com qualidade?

A conquista da autonomia foi diretamente atacada pelos decretos, que além de golpes diretos, também tentavam desarticular um dos setores que mais buscou os meios legais para aumento de verbas na LDO para a educação: os funcionários, professores e estudantes pressionaram a ALESP encontrando vetos sistemáticos e intransigentes do Executivo e até a repressão da PM.

Teoricamente, o tema seria de interesse direto dos reitores, mas os movimentos explícitos de defesa da autonomia universitária partiram de funcionários, estudantes e professores, como a ocupação da reitoria da USP e a greve nas Universidades. A única (e pífia) manifestação dos reitores acerca da autonomia só viria após 11 dias de ocupação da Reitoria. **Além de representar um retrocesso para toda sociedade, os decretos apontam para seu sucateamento do ensino através da intervenção didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.**

A defesa da autonomia não se restringe à manutenção da situação que tivemos até agora, mas de dar um passo além, buscando também transparência e democracia. Queremos a democratização

da universidade, aprofundando e consolidando a participação efetiva dos três segmentos – estudantes, funcionários e professores – nos rumos da USP por meio de eleições paritárias e sem a exigência de titulação para escolha de seus dirigentes.



Não existe autonomia sem verba adequada para o ensino, pesquisa e extensão. O financiamento público deve garantir a autonomia com qualidade, por isso defende-se o índice de 33% da receita total de impostos para a educação pública, incluindo 11,6% do ICMS para as

universidades e 2,1% do ICMS para o Centro Paula Souza. Essa batalha junto a ALESP (re)começou, nas audiências públicas da Comissão de Finanças e Orçamento.

Funcionários em greve da FDUSP (22/6)

ESPORTES E CULTURA

Futuro Através do Esportes – FAE

O pontapé inicial do FAE, foi dado no período de 8 de janeiro à 2 de fevereiro de 2007, durante as férias escolares com o projeto piloto “Futebol nas Férias”, onde foram atendidos 118 alunos desenvolvendo treinamentos (físicos, táticos e técnicos) diários em dois períodos.

O “Futebol nas Férias” surgiu através da Secretaria de Cultura e Esportes do Sintusp (Sindicato dos Trabalhadores da Universidade de São Paulo) e contou com o apoio da LAFUSP (Liga Atlética dos Funcionários da Universidade de São Paulo), do COSEAS (Coordenadoria de Assistência Social) e do CEPEUSP (Centro de Práticas Esportivas da Universidade de São Paulo), onde as atividades são desenvolvidas.

Devido ao sucesso do “Futebol nas Férias”, as diretorias do SINTUSP, LAFUSP e CEPEUSP, em conjunto decidiram pela continuidade do projeto com uma nomenclatura: FAE – Futuro Através do Esporte.

O FAE – Futuro Através do Esporte é um projeto de futebol de campo que aten-



José Ferreira dos Santos Filho

FAE: formando cidadãos para a sociedade e atletas para os gramados

de aproximadamente 160 jovens do sexo masculino, com idades entre 10 e 18 anos, sendo esses dependentes de servidores, professores e alunos da USP e estendendo à comunidade externa.

Os focos principais do FAE são pro-

mover a inclusão social a partir do esporte, complementar a educação pedagógica, além de detectar novos talentos, projetá-los segundo sua capacidade individual e impedir que esses talentos sejam desperdiçados por falta de incentivo.

O esporte é a melhor ferramenta para tirar os jovens da rua e dar-lhes uma atividade constante e uma formação educacional.

Em muitos casos, o fruto de todo esse esforço é a ascensão social do jovem, através da educação, mesmo que ele não chegue a ser um atleta de alto rendimento.

Tudo isso proporciona um ciclo que leva ao desenvolvimento do país.

O FAE visa formar cidadãos para a sociedade e atletas para os gramados.

Coordenadores do FAE: Benedito Vitorino (CCS); Jaques Almeida de Carvalho (Faculdade de Direito); José Ferreira dos Santos Filho (Museu de Arqueologia e Etnologia); Luiz Wilson Ferreira (Faculdade de Ciências Farmacêuticas); Marcos Antonio Ferraz (Instituto de Psicologia); Zelito Souza Santos (CEPEUSP); Givanildo Oliveira dos Santos (Sintusp)

CRÔNICA

O FUNERAL

Não faltou gente de todos os lados naquele dia.

Parecia mais uma festa de rico, do que um enterro de pobre. Era sexta, que não era santa, talvez sábado, que não era aleluia, sei não ao certo. Só sei dizer que Zé Zuca, morreu naquele dia. Parece que estava adivinhando a hora. Pois um dia antes se despediu de todos presentes a sua cabeceira. Foi mais um alívio para aquela criatura caquética, há meses em cima de uma cama.

Parece mesmo que ele morreu de doença ruim. Dizem os médicos que ele tinha câncer no estômago, e os leigos, que foi feitiço. São muitos os comentários; aqui por estas bandas. Só sei dizer que, além de magro, o homem estava coberto de feridas, e logo que morreu; as feridas sararam, e os olhos pularam para fora das órbitas, ficando apenas dois buracos no rosto, que foram enchido com algodão para não causar má impressão.

Na sentinela não faltou o café de dona Alzira, torrado em casa e pilado

no pilão, mulher caprichosa como ela, não existe mais. O café cheiroso que sente-se a uma légua de distancia. Diz ela que o segredo, esta na espécie, café moquinha, tem melhor bebida, a secagem também tem um ritual; na hora de colher, não pode derrubar o grão no chão e depois rastelar. A colheita tem que ser direto dos pés, para o bortal. Quanto mais escura a torra, mais forte será o café. Quanto mais clara a torra, mais suave o café. A moagem deve ser média, nem muito grossa, e nem muito fina. O aroma agradável, está no ponto de torra e moagem correto.

A cachaça veio da moenda do seu “Quinca”. Ele diz – sou engenheiro sem anel, pois sou dono de um engenho. Diz ele que a pinga boa, tem que ser destilada com bastante cuidado, e medido o grau alcoólico. Depois de moída a cana; coloca-se a garapa em um recipiente para fermentações durante 24 horas, de maneira natural. A fervura é feita em quase cem

graus. Segundo seu Quinca, a pinga foi descoberta pelos nativos. Colocaram a garapa em uma panela para cozer, começou a cheira, fizeram uma cobertura de sapê, ao bater o vapor na cobertura, esfriou e começou a pingar. Ai eles disseram – pinga! Neste momento estava feita a pinga, que chamamos hoje de cachaça.

A princípio houve muito choro, pois criatura querida estava ali, digo isso, não por que ele já morreu, não! Esta de enaltecer os mortos não é comigo. Nos como povo perdemos um militante, e especificamente um companheiro com firmeza ideológica – por que é muito importante dentro de nossa luta, a firmeza e o companheirismo. Foram os bons tempos e com ele os bons companheiros- antigamente quanto queríamos vê um cabra aperiado, era só chamá-lo de comedor de carne seca com farinha.

Hoje, isso não é mais ofensa, pois o

salário encurtou e o emprego afugentou, carne seca hoje, é comida de doutor. No enterro não faltou a bandeira do Corinthians, dizem que todos operários, além de sofrer com a exploração do patrão, sofre com a alienação. O governo aproveita o momento emocional do povo, em uma copa estadual ou mundial, para aumentar os preços de tudo que é de necessidade social.

No enterro de Zé Zuca, não houve rajadas de tiros, pois não fora general, nem ramalhetes de flores, porque nunca defendeu o capital. Houve sim, milhares de punhados de terra em seu rosto. Em cada punhado que caia, sorria para agradecer, como querendo dizer: lutei por uma mudança social, que a terra fosse de quem nela cultivar, e a casa para quem nela habitar.

Este é o recado que ele mandou lhes dá. Já que tudo que plantou e forjou durante a vida não pode colher, espera com o tempo semente ser.

Antônio Miranda dos Santos

SALÁRIO E PAUTA ESPECÍFICA

As negociações e a luta continuam

O CRUESP na 4ª Reunião de Negociação durante a Greve anunciou que em outubro será definida a parcela fixa, que será repassado aos salários, caso seja atingido 43,25 bilhões de arrecadação do ICMS.

Neste caso o valor deste “fixo” vai depender de quanto este patamar for ultrapassado.

Não temos dúvidas que a pressão dos trabalhadores será decisiva para conquistarmos este valor fixo, lembrando que nossa reivindicação é de R\$200,00, além do percentual já conquistado a partir de maio, que foi o Índice FIPE dos 12 meses anteriores, 3,37%.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

Na negociação dos itens da Pauta Específica destacados durante a Greve, apenas um foi respondido pela reitoria, o AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO, que passou de R\$182,00 para R\$210,00 a partir de maio, quando nossa reivindicação é de R\$250,00.

Esta posição de descaso com as reivindicações dos trabalhadores demonstra mais uma vez que só somos atendidos, quando estamos em GREVE e radicalizamos a nossa luta.

Neste ENCONTRO DOS FUNCIONÁRIOS DA USP, dias 9 e 10 de agosto, devemos discutir o que fazer ainda neste segundo semestre, quando teremos novas negociações em outubro, para pressionar a reitoria e o CRUESP.

A LUTA CONTINUA!

PAUTA ESPECÍFICA

Pauta Específica dos Funcionários, da qual foram destacados 8 itens, para unificar com os estudantes.

- 1) Revogação dos Decretos.
- 2) Contratação de Funcionários e Professores



Reunião de negociação com o CRUESP

3) Reforma dos prédios em péssimas condições, inclusive o Centro de Saúde Escola do Butantã.

4) Incorporação pela Universidade de São Paulo do quadro em extinção dos funcionários e professores da

Escola de Engenharia de Lorena, antiga Faenquil.

5) Uma referência para todos na Carreira dos Funcionários.

6) Aumento do auxílio-alimentação de R\$ 182,00 para R\$ 250,00.

7) Readmissão dos demitidos políticos.

8) Nenhuma perseguição política ou processo judicial e administrativo contra os lutadores estudantes e funcionários

A Luta no 2º semestre

Propostas aprovadas pelo CDB para serem apresentadas no Encontro dos Funcionários

1) Levar ao Fórum das Seis, indicativo de paralisações, como advertência ao CRUESP para conceder a parcela fixa de R\$ 200,00, inclusive no dia da negociação, em outubro. Paralisação também deverá ser a forma de pressionar a reitoria, para dar continuidade à negociação e conceder as reivindicações da nossa Pauta Específica. Se necessário a GREVE.

2) A realização de um SEMINÁRIO para amadurecer propostas e plano de luta para a ESTATUINTE, com a proposta de um CONGRESSO DOS FUNCIONÁRIOS no início de 2008, preparando o CONGRESSO ESTATUINTE DA USP. Tanto para o Seminário quanto para os Congressos, os delegados deverão ser eleitos em reuniões de unidades.

3) Continuar trabalhando a unificação com os servidores públicos do Estado, com o movimento estudantil e todos os trabalhadores das Universidades Federais, a caminho de uma GREVE GERAL DA EDUCAÇÃO.

Fora Wilson Teixeira da Estação Ciência! – FORA PM DO CAMPUS!

ESTATUINTE

O GRANDE SALDO DA GREVE E DA OCUPAÇÃO
DA REITORIA DA USP

CHEGOU A HORA DE MUDAR, DE SUPERAR O MODELO DE UNIVERSIDADE ARCAICO, ELITISTA E RACISTA E DE ELABORARMOS, TODOS JUNTOS, UM ESTATUTO DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA, DEMOCRÁTICA, ABERTA E A SERVIÇO DA MAIORIA DA POPULAÇÃO: OS TRABALHADORES.

Reprodução de fotomontagem de Alex Freitas/AE

Lição de autonomia



Na fotomontagem sobre a tela de Rembrandt (1609-1669) o grupo examina mistérios de um corpo semvida.

Quando a reitora enfim ocupar o gabinete, os alunos voltarem à sala de aula e os líderes sindicais baixarem o volume do alto-falante há que examinar o saldo da tormenta universitária deflagrada pelos decretos do governador. “O modelo está em crise. É preciso saber como e por que protestar”, diagnostica Gabriel Bolaffi da USP. “Chega de energia perdida. Autonomia é exercício diário, e não estado de exceção”. prescrevem Alcir Pécora Francisco Foot Hardman da Unicamp. Pior é o que está por vir após a desocupação”. avisa o sociólogo José de Souza Martins

A greve e a ocupação da Reitoria da USP, em 2007, deixaram como principal legado para todos nós, a tarefa de construirmos um CONGRESSO ESTATUINTE com a participação dos três segmentos, que constituem a universidade, além da representação dos setores organizados da população.

Conseguimos colocar em Pauta a situação crítica da educação pública, em especial da Universidade e a pretensão dos governos federal e estaduais, com seus projetos de intervenção, sucateamento e privatização, mas também pusemos a nú o modelo autoritário e podre da universidade e nos propusemos a sepultá-lo.

Não é a toa que tenhamos despertado a fúria da imprensa mais reacionária, como a revista Veja ou o Jornal Estado de São Paulo, este último chegando a anunciar que “o pior é que está por vir, após a desocupação” e trazendo uma fotomontagem do quadro do pintor Rembrandt “Lição de Anatomia transformado em Lição de Autonomia”, em que mudando os personagens, apresenta o cadáver do atual modelo de USP e a “terrível profecia” de uma revolução na USP.

Observação: É importante lembrar que, como Julio Mesquita foi um dos fundadores da USP, o Estadão sente-se proprietário da USP e por isto, sua indignação com a rebeldia e a perspectiva de transformação da universidade.

Talvez, nós aqui na USP, não tenhamos nos dado conta da grandiosidade da nossa tarefa em 2008.

Depois do levante dos estudantes, funcionários e alguns poucos, mas valorosos professores, em 2007, a USP não poderá ser a mesma e é isto, que aterroriza os donos do poder, a burocracia acadêmica e o governo e dos demais pretensos “donos da universidade pública”.

O CONGRESSO ESTATUINTE com o qual a Reitora Suely Vilela se comprometeu a bancar a estrutura necessária, deverá discutir e aprovar temas como: **Eleição Direta para Reitor, Diretores, Prefeitos, Coordenadores e Chefes.**

O Direito de todos: professores, funcionários e estudantes serem candidatos. Criação de um Conselho Social composto por sindicatos e movimentos sociais em luta. Conselho Universitário Paritário: Professores, Funcionários, Estudantes e Conselho Social, todos os órgãos colegiados paritários e eleitos diretamente.

Assembléia ou Plenária Universitária, como instância maior, deliberativa.

Democratização do acesso à Universidade.

Estas e muitas outras propostas já foram discutidas e ou aprovadas no IV Congresso da USP e juntamente com outras, deverão fazer parte da Pauta do Congresso Estatuinte em 2008, cujas resoluções deverão compor o novo Estatuto da USP, este é o nosso compromisso.

“Democracia não se negocia com ditadores, democracia se conquista na luta.” (CDB – Sintusp)

Rembrandt revisitado



Na montagem sobre a tela “Lição de Anatomia”, de Rembrandt. 1. Governador Serra; 2. Marcos Macari, reitor da Unesp; 3. Suely Vilela, reitora da USP; 4. José Aristodemo Pinotti, secretário de Ensino Superior no governo paulista; 5. César Minto, representante dos docentes (Adusp); 6. Magno de Carvalho, representante dos funcionários (Sintusp); 7. José Tadeu Jorge, reitor da Unicamp; 8. Carlos Gimenez, líder estudantil. O corpo é o atual modelo de Universidade